

HIV/AIDS NA GESTAÇÃO E TRANSMISSÃO VERTICAL DO HIV: UM ESTUDO A PARTIR DE DADOS DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA NO MUNICÍPIO DE MARINGÁ- PARANÁ

Tais Valêncio da Silva¹, Karina Miura da Costa², Renata Sespede Mazia de Oliveira-Lima³

¹Acadêmica do Curso de Biomedicina, Campus Maringá/PR, Universidade Cesumar – UNICESUMAR. Bolsista PIBIC/ICET- UniCesumar. taisv.biomedica@gmail.com

²Co-orientadora, Especialista, Departamento de Medicina, Docente, UNICESUMAR. karina.miura@unicesumar.edu.br

³Orientadora, Doutora, Departamento da Saúde, Docente, UNICESUMAR. renatamazia@unicesumar.edu.br

RESUMO

Essa pesquisa tem como objetivo descrever a situação epidemiológica atual das taxas de gestantes portadoras do HIV/AIDS residentes no município de Maringá, Paraná e a incidência de transmissão vertical do HIV, entre os anos de 2010 e 2019. Além disso, o trabalho descreve as variáveis socioeconômicas envolvidas nos casos de gestantes soropositivas, e, crianças menores de 5 anos. Os dados referentes ao estudo e suas variáveis foram obtidos no sistema TABNET (Informações de Saúde) disponibilizado pelo Ministério da Saúde – DATASUS (Tecnologia da Informação a Serviço do SUS). Desse modo, foi realizado um estudo retrospectivo e descritivo dos casos confirmados gestantes portadoras do HIV/AIDS e da incidência da transmissão vertical município de Maringá, Paraná. O trabalho foi submetido ao Comitê de Ética da UNICESUMAR. Observou-se que no período estudado 49.199 nascidos vivos em Maringá e prevalência de 7 consultas ou mais no pré-natal. O estado do Paraná registrou 4.382 casos de gestantes infectadas com HIV. No município de Maringá, Paraná, foram notificados 133 casos de gestantes infectadas por HIV, correspondendo a 3,03% dos casos notificados no estado do Paraná. Diante da relevância do agravo HIV/Aids para a saúde pública, os resultados prévios apresentam dados importantes da situação epidemiológica atual da doença na cidade de Maringá-PR. Espera-se ainda que os resultados finais obtidos tragam contribuições importantes para a atualização dos profissionais da saúde e a comunidade externa, e ainda, avalie se os serviços de saúde apresentam as notificações atualizadas às autoridades competentes.

PALAVRAS-CHAVES: Epidemiologia; Gestantes; Síndrome da Imunodeficiência; DATASUS

1 INTRODUÇÃO

A Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA ou AIDS, *inglês*), causada pelo vírus do HIV é uma doença sexualmente transmissível que possui transmissão através das vias parental e vertical. Atualmente observa-se um aumento proporcional na transmissão heterossexual e aumento das taxas de incidência em mulheres, fenômeno esse chamado de “feminização”, acompanhado pelo aumento de casos em crianças. (KUPEK; OLIVEIRA, 2012).

O conjunto das notificações epidemiológicas da epidemia do HIV no Brasil permanece em patamares elevados, principalmente entre as mulheres. Na década de 80, início da epidemia no Brasil, a identificação de casos soropositivos do sexo masculino e do sexo feminino, respondia a uma razão entre os sexos de 14:1 (masculino: feminino) sendo atualmente, a razão entre ambos de 1:7(masculino: feminino), o que reafirma a tendência à feminização (CARTAXO *et al.*, 2013).

Nos últimos dez anos no Brasil, tem-se o registro elevado de casos de gestantes soropositivas, e, ao mesmo tempo, uma taxa de incidência de 5,4 para crianças menores de 5 anos. A feminização incide sobre as gestantes e, assim, sobre parte da população infantil, pois as gestantes infectadas, pela transmissão vertical (TV) têm a possibilidade de contaminar o filho durante a gestação, parto e pós-parto (ALVARENGA, 2019).

De acordo com o boletim Epidemiológico publicado pelo Ministério da Saúde, no Brasil, entre os anos 2007 até junho de 2020 foram diagnosticados cerca de 342.459 novos casos de HIV, desse total 68.385 (20,0%) foram notificados no Sul do país. Entre os anos

de 2000 e 2020, os casos de HIV em gestantes chegaram a 134.328 notificações, a região Sul correspondeu a 29,7% (39.955) desses casos, sendo a taxa de positividade nessa região duas vezes maior do que a média nacional. (MS, 2020).

Segundo a Secretaria de Saúde de Maringá (2020), entre o ano de 2010 e 2019 foram realizados 53.818 testes de HIV pelo centro de Testagem e Aconselhamento (CTA), sendo que deste 1.468 (2,72%) obtiverem reagente positivo. Maringá registrou aumento de 2.275% em casos de HIV e 29% nos casos de Aids, saltando de 12 casos confirmados em 2007 para 285 casos em 2019, a faixa etária predominante foi de 20 a 34 anos, sendo em sua maioria homens. Ainda em 2019, foram registrados 9 óbitos decorrentes de Aids no município. (SESA, 2020).

No estado do Paraná, a primeira notificação de casos de HIV em gestantes ocorreu em 1996, na Regional de Saúde de Foz de Iguaçu. Entre os anos de 1996 e 2015, foram notificados 2.538 casos de gestantes infectadas em todo estado. A transmissão vertical do vírus, pode ocorrer entre 25 e 50% das gestações quando não são realizadas medidas de profilaxia. Já durante o parto o risco aumenta para 70%, devido ao contato com secreções cérvico-vaginais e sangue materno, na amamentação o risco de transmissão é de 7% a 22%. Os primeiros quatro casos de detecção em menores de cinco anos foram registrados em 1989, chegando a 92 casos em 1999, dez anos depois. A detecção de HIV em menores de cinco anos, está sendo utilizada como indicador proxy para avaliar a transmissão vertical do vírus. (SESA, 2015).

Nos últimos 35 anos, o estado do Paraná registrou 28.545 casos de pessoas infectas pelo HIV, sendo desse total 4.827 gestantes (16,9%) e 824 (2,8%) crianças menores de cinco anos. Pela alta taxa de diagnóstico em gestantes, a partir de 1994 o estado do Paraná adotou o protocolo 076 do Aids Clinical Trial Group, realizando o uso da Zidovudina (AZT) na gestação, parto e puerpério. No recém-nascido esse protocolo é adotado nas primeiras semanas de vida reduzindo para 70% o risco de contaminação. O uso da terapia anti-retroviral, também foi capaz de reduzir a carga viral plasmática da mãe para níveis não detectáveis. (SESA, 2016).

De 2010 a 2019, o Paraná teve no total 6.470 óbitos decorrentes da Aids, sendo em 2013 o maior número de óbitos chegando em 648, com uma taxa bruta de mortalidade de 5,9 a cada 100 mil habitantes. Já no ano de 2019 esse número caiu para 465 óbitos, e a taxa de mortalidade foi de 4,1. (MS, 2020).

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Foi realizado um estudo retrospectivo e descritivo dos casos confirmados de gestantes portadoras do HIV/AIDS e da incidência da transmissão vertical município de Maringá, Paraná, no período de 2010 até 2019. Os dados foram coletados na base de dados *disponibilizada pelo Ministério da Saúde - DATASUS* (Tecnologia da Informação a Serviço do SUS). Estes foram organizados em planilha elaborada pelos pesquisadores, usando o programa Excel (versão 14.7.3, Microsoft Corporation, Washington, Estados Unidos da América) e estão sendo analisados. Por se tratar de um estudo descrito, análises estatísticas, tais como média, mediana, desvio padrão, percentagens, teste exato de Fisher, correção de Bonferroni e outros serão realizados apenas se necessárias para fidedignidade dos resultados. O trabalho foi submetido ao Comitê de Ética da UNICESUMAR.

3 RESULTADOS PARCIAIS E DISCUSSÕES

De acordo com os dados disponibilizados pelo DATASUS, no período de 2010 a 2019 foram contabilizados 49.199 nascidos vivos em Maringá e prevalência de 7 consultas ou mais de pré-natal. Observou-se que de 2009 até 2019 o estado do paraná registrou

4.382 casos de gestantes infectadas com HIV, classificadas de acordo com a região de residência. Observou-se ainda, uma alta nos casos de gestantes infectadas com HIV no ano de 2017 e 2019. Já na cidade de Maringá-PR, de 2009 a 2019 foram notificados 133 casos de gestantes infectadas por HIV. O que corresponde a 3,03% dos casos notificados no estado do Paraná.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos resultados prévios obtidos nesta pesquisa e diante da relevância do agravo HIV/Aids para a saúde pública, os resultados apresentam dados importantes da situação epidemiológica atual da doença na cidade de Maringá-PR, bem como o estudo das variáveis de risco associadas as gestantes e a transmissão vertical, contribuindo na melhoria do manejo dos pacientes, e auxiliando na determinação dos fatores que necessitam de maior atenção das políticas de saúde pública e de novas estratégias clínicas.

Espera-se ainda que os resultados finais obtidos tragam contribuições importantes para a atualização dos profissionais da saúde e a comunidade externa, e ainda, avalie se os serviços de saúde apresentam as notificações atualizadas às autoridades competentes.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Willyane de Andrade *et al.* Mães vivendo com HIV: a substituição do aleitamento por fórmula láctea infantil. **Rev. Bras. Enferm.** Brasília, v. 72, n. 5, p. 1153-1160, out. 2019.

BRASIL. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis - Dcci. Ministério da Saúde. **Indicadores e Dados Básicos do HIV/AIDS nos Municípios Brasileiros**. 2020. Disponível em:
Não há fontes bibliográficas no documento atual.. Acesso em: 31 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. DataSus. **Nascimento por residência mãe por Consulta pré-natal segundo Ano do nascimento**. 2010-2019. Disponível em:
<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinasc/cnv/nvPR.def>. Acesso em: 31 jul. 2021.

CARTAXO, C. M. B.; NASCIMENTO, C. M. M; DINIZ, D.R.P.A. **Gestantes portadoras de HIV/AIDS: Aspectos psicológicos sobre a prevenção da transmissão vertical**. Estudos de Psicologia, 18(3, 419-427), jul./set. 2013.

KUPEK, Emil; OLIVEIRA, Juliana Fernandes de. Transmissão vertical do HIV, da sífilis e da hepatite B no município de maior incidência de AIDS no Brasil: um estudo populacional no período de 2002 a 2007. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 478-487, set. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1415-790x2012000300004>. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/rbepid/2012.v15n3/478-487/#ModalArticles>. Acesso em: 31 jul. 2021.

SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE | Ministério Da Saúde. Boletim Epidemiológico. **HIV/Aids | 2020**. Número Especial. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2020/dezembro/01/boletim-hiv_aids-2020-internet.pdf. Acesso em: 29 jul. 2021.

SESA. SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ. Governo do Estado do Paraná. Boletim Epidemiológico. **HIV/AIDS**. 2015. Disponível em: https://www.saude.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-04/boletimhivaids2015_1.pdf. Acesso em: 29 jul. 2021.

SESA. SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ. Governo do Estado do Paraná. **O desafio brasileiro para erradicação da transmissão vertical do HIV E Sífilis e o papel da APS**. 2016. Disponível em: https://www.saude.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-04/odesafiobrasileiropaerradicacoodatransmissaovetical.pdf. Acesso em: 25 jun. 2021.

SESA. SECRETARIA DE SAÚDE. Prefeitura de Maringá. Serviços de Saúde. **Ambulatório municipal de IST/HIV/AIDS e Hepatites virais**: Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA), [S. l.], 2019. Disponível em: <http://www2.maringa.pr.gov.br/saude/?cod=servicos-saude/62>. Acesso em: 24 jun. 2021

SESA. SECRETARIA DE SAÚDE DE MARINGÁ. Prefeitura de Maringá. **Maringá registra aumento de 2.275% em casos de HIV e 29% de AIDS**. 24 jan. 2020. Disponível em: <http://www2.maringa.pr.gov.br/site/index.php?sessao=35f762d4835535&id=35915>. Acesso em: 24 jun. 2021.

SINAN. **AIDS Adulto**. 7 jun. 2019. Disponível em: <http://www.portalsinan.saude.gov.br/aids-adulto>. Acesso em: 30 jul. 2021